

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



PSD pode testar Ratinho Junior em 2026

Tempos de desafios e incerteza para Lula

Antes das eleições municipais, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, chegou a dizer que nem a entrega de mais ministérios e nem mais liberação de verbas orçamentárias garantiria ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoio automático do Centrão à sua candidatura à reeleição como presidente da República. Pelo menos no primeiro turno. Kassab não alterou essa

percepção. Que também não sinaliza, por enquanto, apoio à candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de quem é secretário de Governo. Aponta mais para uma possibilidade de ensaios de outras candidaturas. Nem que seja para testar nomes para voos futuros. Chegou a falar no governador do Paraná, Ratinho Junior.

Conservador

Ratinho Junior, seria, no caso, mais um na disputa pelo campo mais conservador. Esse parece ser um complicador para os planos eleitorais de Lula. Os sinais da eleição municipal apontam que ele terá que se ampliar à centro-direita. Adversários nesse campo podem atrapalhar.

Radicais

Algumas conversas no campo conservador têm ocorrido justamente no sentido de que em 2026 o melhor caminho talvez seja evitar o radicalismo que marcou pleitos anteriores. Uma proposta conservadora mantida no campo democrático poderia ter chances.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



MDB ensaia exigir Helder como vice de Lula

Lula venceu porque opção não parecia democrática

Lula venceu uma eleição apertadíssima em 2022. Não porque fosse ali o candidato de esquerda. Mas porque apontava ser o candidato do campo democrático, enquanto, do outro lado, Jair Bolsonaro esboçava ser uma ameaça a essa democracia. Nesse ponto, as investigações sobre a tentativa de golpe de Estado só re-

forçaram essa impressão. Foi isso que fez, por exemplo, Geraldo Alckmin aceitar ser seu vice. Ou Simone Tebet, do MDB, terceira colocada, apoiá-lo no segundo turno. Ou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Lula começa o ano de 2025 avaliando como poderá nos próximos dois anos ampliar essas alianças.

MDB

Se para onde vai o PSD é ainda uma incógnita, o segundo partido a sair forte das eleições municipais, o MDB, parece um parceiro mais provável. Os nomes de oposição, como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, não têm comando interno suficiente para reverter.

Xadrez

Todo esse xadrez político é sempre muito complexo. Cada cargo que Lula resolver ampliar para abrigar aliados no governo irá gerar reação. Alckmin tem sido um vice fiel a Lula. E o PSB é o partido de esquerda que teve melhor desempenho, elegendo 312 prefeitos.

Compensação

Mas o MDB esboça exige uma compensação. O partido quer a vice-presidência no lugar de Geraldo Alckmin, do PSB. O nome que se coloca é o governador do Pará, Helder Barbalho. Helder fez 85 prefeitos no estado, incluindo seu primo, Igor Normando, em Belém.

Emendas

E as emendas orçamentárias são, ao mesmo tempo, solução e armadilha. Lula liberou em 2024 um recorde: mais de R\$ 50 bilhões. Mas, assim, ajudou a construir um escândalo e perdeu boa parte da definição do governo sobre políticas públicas. A vida de Lula não é fácil...

Dois anos do 8 de janeiro: Lula se prepara para ato

Oposição continuará tentando PL da anistia, que não deve avançar

João Risi/Audiovisual/PR

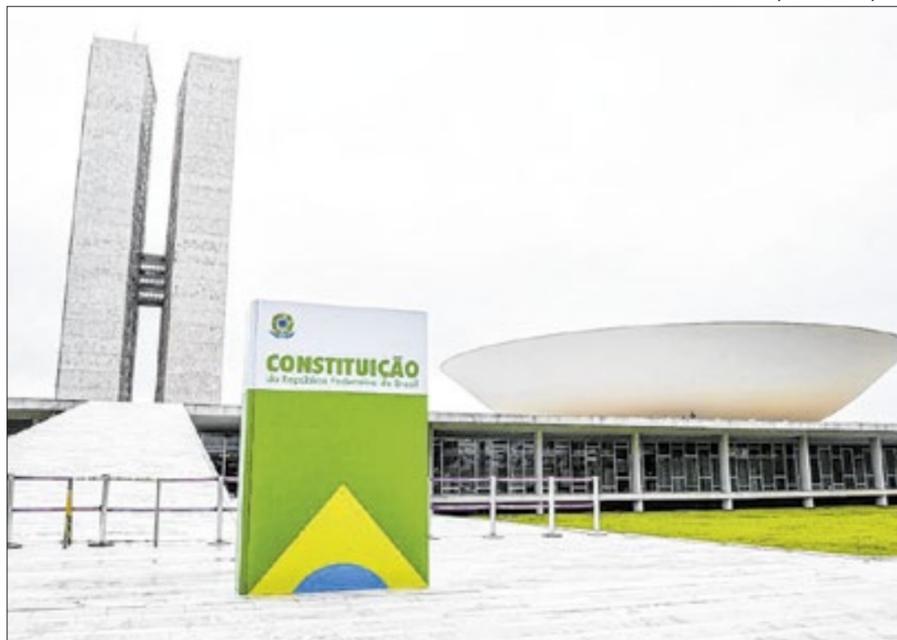
Por Karoline Cavalcante

No início de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já se prepara para um novo ato, com o intuito de marcar o segundo ano dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Em resposta à reportagem, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) informou que mais detalhes sobre o evento serão divulgados em breve.

O Partido dos Trabalhadores (PT) divulgou nas redes sociais um convite para o “Ato em Defesa da Democracia”, a ser realizado na próxima quarta-feira (8) a partir das 11h na Praça dos Três Poderes, na publicação, consta a presença do chefe do Planalto.

“Venha abraçar a Democracia, junto com Lula! Participe do ato suprapartidário com representantes dos Três Poderes, de entidades da sociedade civil, de classes e religiosas pelos dois anos das tentativas de golpe de estado e de destruição das sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, promovidas por bolsonaristas em 8 de janeiro de 2023”, diz a legenda do convite.

Lula também teria solicitado a presença de todos os ministros de governo e líderes partidários do Congresso na cerimônia, além do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e do presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco. Em uma tentativa de



Réplica da Constituição Brasileira no Congresso Nacional

estreitar relações, os próximos presidentes das Casas Legislativas também foram convidados: o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que substituirá Pacheco, e o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), que ficará no lugar de Lira. As informações foram divulgadas pela CNN.

PL da Anistia

O projeto de lei 2.858/2022, que concede anistia aos envolvidos nos atos, será sempre um gesto simbólico da oposição no Congresso Nacional, que o utilizará em momentos em que a articulação política do governo estiver mais desatenta. Essa é a avaliação do advogado e cientista político Melillo Dinis ao Correio da Manhã. “Portanto, ele estará recluso em alguns

momentos e, em outros, será ressuscitado para agitar o palco da política congressual”, afirmou Dinis.

Para o cientista político Isaac Jordão, a oposição continuará pressionando por sua aprovação, mas, segundo ele, “a chance do PL da anistia avançar é muito baixa”. Ele acrescenta: “O projeto faz parte das negociações relacionadas à eleição da mesa da Câmara, mas não há consenso sobre seu mérito”.

Há outros fatores que sensibilizam ainda mais o tema, como o inquérito da suposta tentativa de golpe de estado, que iniciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados. Segundo o último parecer da Procuradoria-Geral da República, há conexão entre o plano e o 8/1.

Primeiro ano

Em 2024, foram realizados uma série de atos em memória ao que aconteceu no ano anterior, proposto pelo próprio presidente da República, o evento principal foi batizado de “Democracia Inabalada”, e contou com a presença de cerca de 500 pessoas. Na ocasião, Lula disse não haver perdão “para quem atenta contra a democracia”.

“Todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos. Não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra seu país e contra o seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo conduto para novos atos terroristas”, afirmou.

Trocas ministeriais buscarão aumentar apoio no Congresso

Marcelo Camargo/Agência Brasil

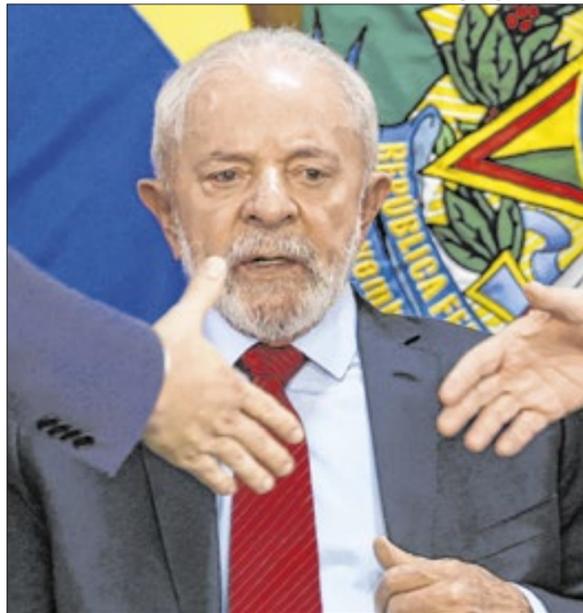
Por Gabriela Gallo

Mirando as eleições de 2026 e na tentativa de amenizar a relação com o Congresso Nacional, o governo federal deve passar por uma reforma ministerial em fevereiro de 2025, especialmente na comunicação, área que vem sendo alvo de críticas há um tempo do governo. Como adiantou o Correio da Manhã, há chances das mudanças serem anunciadas ainda em janeiro.

A expectativa é que ao menos nove ministérios passem por alterações e, buscando maior apoio e aprovação no Congresso Nacional, passem a ser comandados por representantes de partidos do centrão, como MDB, União Brasil, Podemos, PP e PSD – esses últimos as siglas dos atuais presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente, Arthur Lira (AL) e Rodrigo Pacheco (MG), que deixam as presidências das Casas em fevereiro deste ano.

Para acomodar o Centrão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda cortar o PT, mas ainda não há certeza sobre quem assumiria. As informações são do Poder 360. Atualmente o partido do presidente preside 13 ministérios.

Dentre algumas mudanças especuladas, o atual ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, deve ser substituído por Laércio Portela ou por Sidônio Palmeira. Portela é atualmente Secretário de Comunicação



Mirando em eleições, Lula foca em reforma ministerial

Institucional e substituiu Pimenta enquanto este assumiu temporariamente o Ministério de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

Já Sidônio, o principal cotado para assumir o posto, é o marqueteiro do presidente Lula, um dos responsáveis por sua vitória nas eleições de 2022. O publicitário gostaria de ter “carta branca” para escolher sua equipe e, mesmo que não seja oficializado o principal chefe da Secom, deve passar a atuar mais durante o final do mandato de Lula.

Economia

A troca ministerial visa aumentar o apoio dentro do Congresso Nacional para o governo aprovar uma série

de mudanças que circulam no poder Legislativo. Dentre elas, o governo Lula almeja aprovar até o fim de seu mandato a isenção do pagamento do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, promessa de campanha do governo.

Além disso, para tentar equilibrar as contas públicas, o Executivo visa aprovar um projeto que altera a aposentadoria e pensão de militares. As principais mudanças determinam que a aposentadoria do militar (quando ele entra na reserva) deve acontecer quando ele completar a idade mínima de 55 anos e ter cumprido ao menos 35 anos de serviço. Se sancionada como se encontra, o texto passará por um período

de transição e permite que os militares na ativa possam optar por pagar um “pedágio” de 9% a mais sobre o tempo de serviço até 2031.

Se aprovada ainda em 2025, o governo prevê a R\$ 1 bilhão. Ambas as medidas englobam o pacote de corte de gastos proposto pela equipe econômica do Executivo.

Além disso, o governo também visa aprovar o segundo texto que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024) – o primeiro foi aprovado na última semana de trabalhos do Congresso.

Segurança Pública

O governo também visa aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reestrutura as forças policiais e amplia a atuação da União na segurança pública nas unidades da federação. A proposta vem enfrentando resistência de governadores. Dentre as principais medidas, a PEC confere à União a competência para definir diretrizes gerais da política de segurança pública e defesa social, o que também abrange o sistema penitenciário.

A medida também visa padronizar boletins de ocorrência, mandados de prisão e certidões de antecedentes criminais. Essa padronização é similar ao que ocorre no Sistema Único de Saúde (SUS) e na Educação, na intenção de estabelecer uma linguagem unificada entre as forças policiais.